

ANO II - EDIÇÃO Nº 233 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 01 de março de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 023/2017

Dispõe sobre a Antiquidade Eleitoral nas indicações de membros do Ministério Público para atuação perante a Justiça Eleitoral de primeira instância.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e 17, III, alínea "i", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 03 de janeiro de 2008, "ad referendum" do Conselho Superior do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os Ministérios Públicos dos Estados exercem, por delegação do Ministério Público Federal, as funções eleitorais nas diversas Zonas Eleitorais;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a Antiquidade Eleitoral para indicações de membros do Ministério Público e consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral para atuação perante a Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO o Ato nº 294/2003 que regulamentava a indicação semestral, quando a indicação passou a ser bienal, e as indicações eleitorais realizadas a partir da edição de referido Ato;

CONSIDERANDO a Resolução nº 30 do CNMP e Ato nº 039/2008 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins:

- A indicação feita pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado recairá sobre o membro lotado em localidade integrante de zona eleitoral que por último houver exercido a função eleitoral;

- A indicação deverá recair sempre no Promotor de Justiça há mais tempo afastado da função eleitoral na localidade, obedecendo-se, nas designações subsequentes, para efeito de titularidade ou substituição, à ordem decrescente de antiguidade na titularidade da função eleitoral.

RESOLVE:

Art. 1º PUBLICAR a Lista de Antiquidade Eleitoral dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins na forma do Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Anexo Único ao Ato nº 023/2017 ANTIGUIDADE ELEITORAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ZE	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO	EXERCÍCIO NA LOCALIDADE/ATO
		BENEDITO DE OLIVEIRA GUEDES NETO	Biênio 27/08/2015 a 26/08/2017 (Portaria nº 611/2015) (1º)	11/10/2006 - 375/2006

1ª e 34ª	Araguaína	RICARDO ALVES PERES	Biênio 2016/2018 de 16/02/2016 a 15/02/2018 (Portaria nº 096/2016) (34ª)	04/03/2011 - 023/2011
		ARAÍNA CESÁREA FERREIRA DOS SANTOS D'ALESSANDRO		02/05/2011 - 050/2011
		RODRIGO GRISI NUNES	Biênio 2009/2011 de 25/08/2009 a 25/08/2011 (Portaria nº 611/2009 e 134/2010) (1ª)	11/10/2006 - 376/2006
		ANA PAULA REIGOTA F. CATINI	Renunciou em 12/03/2012 ao Biênio 2012/2014 (34ª)	14/11/1997
		SIDNEY FIORI JÚNIOR	Biênio 2011/2013 de 28/08/2011 a 26/08/2013 (1ª)	11/10/2006 - 377/2006
		MOACIR CARMAGO DE OLIVEIRA	Biênio 2012/2014 de 17/03/2012 a 16/03/2014 (Portaria nº 197/2012) (34ª)	01/08/1994
		LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK		24/04/2014 - 041/2014
		PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA		13/11/2014 - 109/2014
		TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO		12/03/2015 - 040/2015
		VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES	Biênio 2013/2015 de 27/08/2013 a 26/08/2015 (Portaria nº 610/13) (1ª)	09/11/2001 - 191/2002
LUCIANO CÉSAR CASAROTI		16/02/2016 - 007/2016		
AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO		19/04/2016 - ATO 033/2016		
2ª	Gurupi	WALDELICE SAMPAIO MOREIRA GUMARAES	Biênio 2016/2018 de 27/06/2016 a 26/06/2018 (Portaria nº 611/2015)	27/11/2003 - 304/2003
		MARIA JULIANA N. DIAS DO CARMO	Renunciou em 05/02/2014 ao Biênio 2014/2016	11/10/2006 - 383/2006
		JUSSARA BARREIRA SILVA	Renunciou em 26/03/2014 ao Biênio 2014/2016	05/09/2002 - 249/2002
		JACQUELINE OROPINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA		14/08/2014 - 083/2014
		REINALDO KOCH FILHO		13/11/2014 - 107/2014
		ROBERTO FREITAS GARCIA		08/06/2015 - 076/2015
		MARCELO LIMA NUNES	Biênio 2014/2016 de 25/04/2014 a 24/04/2016 (Portaria nº 261/2014)	01/03/2010 - 010/2010
		PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO	Renunciou em 25/04/2016	04/03/2011 - 022/2011
ANA LÚCIA GOMES VANDERLEY BERNARDES		10/10/2016 - ATO Nº 74/2016		
3ª	Porto Nacional	ABEL LEAL ANDRADE JÚNIOR	Biênio 2016/2018 de 10/05/2016 a 09/05/2018 (Portaria nº 333/2016)	11/10/2006 - 388/2006
		ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO		14/08/2014 - 078/2014
		OCTAYDES BALLAN JÚNIOR		24/04/2014 - 037/2014
		MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE	Biênio 2014/2016 de 27/04/2014 a 26/04/2016 (Portaria nº 272/2014)	09/02/2007 - 042/2007
		VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA	Renunciou em 09/05/2016	24/04/2014 - 043/2014
4ª	Colinas do Tocantins	THAÍS CAIRO SOUZA LOPES	Biênio 2016/2018 de 27/06/2016 a 26/06/2018 (Portaria nº 519/2016)	08/06/2015 - 077/2015
		LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO		19/04/2016 - 034/2016
		CRISTINA SEUSER		27/06/2016 - 55/2016
5ª	Miracema do Tocantins e Tocantinópolis	JOÃO EDSON DE SOUZA*	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (*Designado pelo MPF-ELEITORAL)	17/12/2010 - 115/2010
		STERLANE DE CASTRO FERREIRA	Biênio 2010/2012 de 17/03/2010 a 16/03/2012	26/06/2003 - 165/2003
		VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	Biênio 2012/2014 de 17/03/2012 a 16/03/2014 (Portaria nº 197/2012)	01/08/2007 - 186/2007
		FELÍCIO DE LIMA SOARES	Biênio 2014/2016 de 17/03/2014 a 16/03/2016 (Portaria nº 183/2014)	11/10/2006 - 389/2006
6ª	Guaraí	CRISTIAN MONTEIRO MELO	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (Portaria nº 171/2016)	09/02/2007 - 044/2007
		FERNANDO ANTÔNIO SENA SOARES		02/05/2011 - 049/2011
		ADRIANO ZIZZA ROMERO		27/06/2016 - 054/2016
7ª	Paraisópolis do Tocantins	DIEGO NARDO	Biênio 2017/2018 de 07/01/2017 a 06/01/2018 (Portaria nº 052/2017)	24/04/2014 - 040/2014
		THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA	Biênio 2012/2014 Prorrogado de 15/08/2014 a 31/12/2014 (Portaria nº 630/2014)	11/10/2006 - 387/2006
		JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE	Biênio 2012/2014 de 15/08/2012 a 14/08/2014 (Portaria nº 738/2012)	12/03/2015 - 039/2015
		GUILHERME GOSELING ARAÚJO		08/06/2015 - 079/2015
		MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA	Biênio 2015/2017 de 07/01/2015 a 06/01/2017 (Portaria nº 021/2015)	25/02/1993 - 000/1993
8ª	Filadélfia			
9ª	Tocantinópolis	CYNTHIA ASSIS DE PAULA	Biênio 2016/2018 de 10/11/2016 a 09/11/2018 (Portaria 901/2016)	16/02/2016 - 08/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

		EURICO GRECO PUPPIO	17/12/2010 - 101/2010
		CELSIMAR CUSTODIO SILVA	14/02/2017 - 014/2017
10ª	Araguatins	BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI	Biênio 2015/2017 de 12/09/2015 a 11/09/2017 (Portaria nº 660/2015)
		DÉCIO GUEIRADO JÚNIOR	Biênio 2013/2015 de 12/09/2013 a 11/09/2015 (Portaria nº 756/2013)
11ª	Itaguatins e Arixá do Tocantins	ELIZON DE SOUSA MEDRADO	Biênio 2015/2017 de 12/03/2015 a 11/03/2017 (Portaria nº 237/2015)
12ª	Xambioá e Ananás	RUI GOMES PEREIRA DA SILVA NETO	Biênio 2017/2019 de 14/02/2017 a 13/02/2019 (Portaria nº 105/2017)
13ª	Cristalândia e Pium	MUNIQUE TEIXEIRA VAZ	Biênio 2016/2018 de 16/02/2016 a 15/02/2018 (Portaria nº 096/2016)
		FRANCISCO JOSE PINHEIRO BRANDES JUNIOR	27/06/2016 - 057/2016
14ª	Alvorada e Figueirópolis		
15ª	Formoso do Araguaia		
16ª	Colméia	GUILHERME CINTRA DELEUSE	Biênio 2015/2017 de 12/03/2015 a 11/03/2017 (Portaria nº 237/2015)
17ª	Taguatinga e Aurora do Tocantins	ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO	Biênio 2015/2017 de 12/03/2015 a 11/03/2017 (Portaria nº 237/2015)
18ª	Paraná e Palmeirópolis	MILTON QUINTANA	Biênio 2016/2018 de 04/07/2016 a 03/07/2018 (Portaria nº 519/2016)
		BARTIRA SILVA QUINTEIRO	27/06/2016 - 056/2016
19ª	Natividade e Almas	ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO	Biênio 2017/2019 de 14/02/2017 a 13/02/2019 (Portaria nº 105/2017)
20ª	Peixe	MATEUS RIBEIRO DOS REIS	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (Portaria nº 171/2016)
21ª	Augustinópolis	PAULO SÉRGIO FERREIRA DE ALMEIDA	Biênio 2015/2017 de 02/05/2015 a 01/05/2017 (Portaria nº 633/2015)
22ª	Arraias	JOÃO NEUMANN MARINHO DA NOBREGA	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (Portaria nº 171/2016)
23ª	Pedro Afonso	RAFAEL PINTO ALAMY	Biênio 2017/2018 de 11/01/2017 a 31/12/2018 (Portaria nº 064/2017)
		LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO	02/05/2011 - 051/2011
24ª	Araguacema		
25ª	Dianópolis	LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA	Biênio 2016/2018 de 09/06/2016 a 08/06/2018 (Portaria nº 424/2016)
		RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS	11/03/2004 - 075/2004
26ª	Ponte Alta do Tocantins		
27ª	Wanderlândia		
28ª	Miranorte	THAIS MASSILON BEZERRA	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (Portaria nº 171/2016)
29ª	Palmas	MARCOS LUCIANO BIGNOTTI	Biênio 2016/2018 de 17/03/2016 a 16/03/2018 (Portaria nº 181/2016)
		CARLOS GAGOSSIAN JÚNIOR	03/06/2003 - 143/2003
		MARIA CRISTINA COSTA VILELA	03/06/2003 - 145/2003
		ZENAIDE APARECIDA DA SILVA	24/05/2006 - 043/2006
		FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO	17/08/2006 - 293/2006
		FÁBIO VASCONCELOS LANG	17/08/2006 - 294/2006
		ADRIANO CÉSAR PEREIRA DA NEVES	17/08/2006 - 295/2006
		EDSON AZAMBUJA	2º semestre 2007 07/08/1997
		PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR	15/01/2009 - 008/2009
		MARCELO ULISSES SAMPAIO	Biênio 2008/2010 de 17/03/2008 a 16/03/2010 09/09/1997 - 074/97
		CÉSAR ROBERTO SIMONI DE FREITAS	Biênio 2010/2012 de 17/03/2010 a 16/03/2012 20/01/1993 - 020/1993
		MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY	20/03/2013 - 020/2013
		DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR	20/03/2013 - 021/2013
		WERUSKA RESENDE FUSO	28/06/2013 - 056/2013
		CERES GONZAGA DE REZENDE	Biênio 2012/2014 de 17/03/2012 a 16/03/2014 13/10/1997 - 163/1997
		ANDRÉ RAMOS VARANDA	24/04/2014 - 038/2014
		FLÁVIA SOUZA RODRIGUES	14/08/2014 - 076/2014
		LUCÍDIO BANDEIRA DOURADO	13/11/2014 - 114/2014
		MARIA ROSELI DE ALMEIDA PERY	Renunciou em 16/03/2015 ao Biênio 2016/2018 (Processo nº 2015/3576) 06/05/1998 - 038/1998
		ALZEMIRO WILSON PERES FREITAS	16/02/2016 - 010/2016
		BÉATRIZ REGINA LIMA MELO	Biênio 2014/2016 de 17/03/2014 a 16/03/2016 (Portaria nº 183/2014) 13/10/1997 - 106/1997
		NILOMAR DOS SANTOS FARIAS	02/03/2000 - 018/2000
		MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO	12/05/2000 - 053/2000
		CÉLIO SOUSA ROCHA	24/08/2000 - 104/2000
		KÁTIA CHAVES GALIETTA	01/02/2001 - 012/2001
		JOSÉ EDUARDO SAMPAIO	09/08/2002 - 162/2002
		KONRAD CESAR RESENDE WIMMER	27/06/2016 - 053/2016
		ELIANA CURADO BARBOSA	Renunciou em 01/02/2017 05/09/2002 - 198/2002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

		WÂNIA DE LIMA E SILVA	Renunciou em 02/02/2017	12/11/2002 – 295/2002
		GILSON ARAIAS DE MIRANDA	Renunciou em 03/02/2017	17/10/2005 – 201/2005
		CANTONILTON PEREIRA DA SILVA	Renunciou em 16/02/2017	02/02/2004 – 017/2004
30ª	Araguaçu	CALEB MELO FILHO	Biênio 2016/2018 de 10/10/2016 a 09/10/2018 (Portaria nº 785/2016)	10/10/2016 - 077/2016
31ª	Arapoema	ADAILTON SARAIVA SILVA	Biênio 2017/2019 de 14/02/2017 a 13/02/2019 (Portaria nº 105/2017)	14/02/2017 – 016/2017
32ª	Goiatins			
33ª	Itacajá			
35ª	Novo Acordo	RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI	Biênio 2016/2018 de 17/10/2016 a 16/10/2018 (Portaria nº 785/2016)	10/10/2016 – 079/2016

ATO Nº 024/2017

Publica o quadro de cargos e funções do Ministério Público, preenchidos e vagos, referente ao exercício anterior.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 17, alínea "n", item 3, da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º PUBLICAR o quadro de cargos e funções do Ministério Público, preenchidos e vagos, referente ao exercício de 2016, conforme adiante:

2ª INSTÂNCIA		
CARGOS	SITUAÇÃO	
Procurador-Geral de Justiça	Procuradoria-Geral de Justiça provida	
1º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
2º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
3º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
4º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
5º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
6º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
7º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
8º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
9º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
10º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
11º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
12º Procurador de Justiça	Procuradoria de Justiça provida	
Número de Procuradorias de Justiça	Número de Procuradores de Justiça	Total Vagos
12	12	00
Procurador-Geral de Justiça	Número de Procurador-Geral de Justiça	Total Vago
01	01	00
1ª INSTÂNCIA		
3ª Entrância		
CARGOS	TITULAR	
1º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
2º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
3º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
4º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
5º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
6º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
7º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
8º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
9º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
10º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
11º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
12º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
13º Promotor de Justiça de Araguaína	Promotoria de Justiça provida de titular	
1º Promotor de Justiça de Araguaatins	Promotoria de Justiça provida de titular	
2º Promotor de Justiça de Araguaatins	Promotoria de Justiça provida de titular	
1º Promotor de Justiça de Arraias	Promotoria de Justiça provida de titular	
2º Promotor de Justiça de Arraias	Promotoria de Justiça não instalada	
1º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
2º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
3º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
4º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
5º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
6º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
7º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
8º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
9º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
10º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	
11º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular	

12º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
13º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
14º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
15º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
16º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
17º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
18º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
19º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
20º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
21º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
22º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
23º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
24º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
25º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
26º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
27º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
28º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
29º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
30º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça provida de titular		
31º Promotor de Justiça da Capital	Promotoria de Justiça não instalada		
1º Promotor de Justiça de Colinas	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Colinas	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Colinas	Promotoria de Justiça provida de titular		
4º Promotor de Justiça de Colinas	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Dianópolis	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Dianópolis	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Dianópolis	Promotoria de Justiça não instalada		
1º Promotor de Justiça de Guaraí	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Guaraí	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Guaraí	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
4º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
5º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
6º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
7º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
8º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
9º Promotor de Justiça de Gurupi	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Miracema	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Miracema	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Miracema	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Paraíso	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Paraíso	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Paraíso	Promotoria de Justiça provida de titular		
4º Promotor de Justiça de Paraíso	Promotoria de Justiça provida de titular		
5º Promotor de Justiça de Paraíso	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Pedro Afonso	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Pedro Afonso	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
4º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
5º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
6º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
7º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Taguatinga	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Taguatinga	Promotoria de Justiça não instalada		
1º Promotor de Justiça de Tocantinópolis	Promotoria de Justiça vaga		
2º Promotor de Justiça de Tocantinópolis	Promotoria de Justiça provida de titular		
3º Promotor de Justiça de Tocantinópolis	Promotoria de Justiça provida de titular		
Número de Promotorias	Número de Promotores	Não Instaladas	Total Vagas
89	84	04	01
2ª ENTRÂNCIA			
Promotor de Justiça de Alvorada	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Ananás	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Araguaçu	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Arapoema	Promotoria de Justiça vaga		
1º Promotor de Justiça de Augustinópolis	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Augustinópolis	Promotoria de Justiça vaga		
Promotor de Justiça de Colmeia	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Cristalândia	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Filadélfia	Promotoria de Justiça vaga		
Promotor de Justiça de Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça provida de titular		
Promotor de Justiça de Itaguatins	Promotoria de Justiça provida de titular		
1º Promotor de Justiça de Miranorte	Promotoria de Justiça provida de titular		
2º Promotor de Justiça de Miranorte	Promotoria de Justiça vaga		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Promotor de Justiça de Natividade			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Palmeirópolis			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Paranã			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Peixe			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Xambioá			Promotoria de Justiça vaga
Número de Promotorias	Número de Promotores	Não Instaladas	Total Vagas
18	12	00	06
1ª ENTRÂNCIA			
Promotor de Justiça de Almas			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Araguacema			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Aurora do Tocantins			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Arixá do Tocantins			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Figueirópolis			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Goiatins			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Itacajá			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de Monte do Carmo			Promotoria de Justiça não instalada
Promotor de Justiça de Novo Acordo			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Pium			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Ponte Alta do Tocantins			Promotoria de Justiça vaga
Promotor de Justiça de São Sebastião do Tocantins			Promotoria de Justiça não instalada
Promotor de Justiça Tocantinópolis			Promotoria de Justiça provida de titular
Promotor de Justiça de Wanderlândia			Promotoria de Justiça vaga
Número de Promotorias	Número de Promotores	Não Instaladas	Total Vaga
15	05	02	08
PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTO			
1º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
2º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
3º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
4º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
5º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
6º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
7º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
8º Promotor de Justiça Substituto			Provido de Promotor de Justiça Substituto
9º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
10º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
11º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
12º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
13º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
14º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
15º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
16º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
17º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
18º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
19º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
20º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
21º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
22º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
23º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
24º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
25º Promotor de Justiça Substituto			Não provido
Número de Cargos	Número de Promotores Substitutos	Total Vagos	
25	8	17	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI

DESPACHO Nº 094/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, de acordo com os dispositivos do Ato nº 068/2014 e considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI, para conceder-lhe 5 (cinco) dias de folga no período de 10 a 14 de julho de 2017, em compensação aos dias 08/08/2015, 12, 13 e 14/12/2015; 19 a 25/11/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

APOSTILA Nº 012/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR e INCLUIR na Portaria nº 128, de 21 de fevereiro de 2017, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça que atuaram perante a Justiça Eleitoral, nos períodos especificados;

ONDE SE-LÊ:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
23ª	Pedro Afonso	Rafael Pinto Alamy	08 a 28/02/2017

LEIA-SE:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
23ª	Pedro Afonso	Luiz Antônio Francisco Pinto	1º a 07/02/2017

INCLUA-SE:

19ª	Natividade e Almas	André Ricardo Fonseca Carvalho	14 a 28/02/2017
-----	--------------------	--------------------------------	-----------------

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº : 2017/2985
ASSUNTO: Suspensão do usufruto do recesso natalino em razão de licença paternidade.
INTERESSADO: Robson da Silva Mendes, Analista Ministerial – Ciências Jurídicas.
DECISÃO: “[...]Vale destacar, ainda, que o motivo ensejador do requerimento de suspensão se deu por causa alheia à vontade do servidor, a saber: nascimento do filho e conseqüente usufruto de licença paternidade, garantida por lei.
Desta feita, na linha dos fundamentos expendidos, conheço do presente e julgo procedente o recurso interposto, a fim de determinar a suspensão da compensação do recesso natalino trabalhado, do servidor Robson da Silva Mendes, no dia 31/01/2017, marcado anteriormente de 30/01/2017 a 08/02/2017, assegurando-lhe o direito de usufruto, em época oportuna, dos 9 (nove) dias restantes”.
DATA DA ASSINATURA: 22 de fevereiro de 2017.
SIGNATÁRIO: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Instauração do Inquérito Civil Público 042/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou

subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 042/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação firmada pelo Município de Aragominas/TO. FATO(S) EM APURAÇÃO: refere a irregularidades no convênio firmado entre o Estado do Tocantins e o Município de Aragominas referente ao repasse de recursos para o transporte escolar no ano de 2011, onde relatório da Secretaria de Educação e Cultura apontou a necessidade de o Município restituir a importância de R\$ 61.400,00 (sessenta e um mil e quatrocentos reais) diante da ausência de comprovante de pagamentos, pagamentos em duplicidade, ausência de licitação e outras irregularidades, com indicativo de desvio dos recursos públicos pelo então gestor Antônio Mota;

INVESTIGADO(S): ex gestor Antônio Mota

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 13 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Instauração do Inquérito Civil Público 044/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 044/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: informação contida no documento eletrônico de protocolo 07010147814201611, o qual remete relatório técnico do TCE referente ao processo 14265/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: o Município de Aragominas não observou as regras relativas à alimentação do Portal da Transparência, deixando de divulgar informações pormenorizada da despesa orçamentária em tempo real, ausência de divulgação de receita em tempo real, ausência de prestações de contas e relatórios de execução orçamentária referente ao segundo semestre de 2016, ausência de registro de todos os procedimentos licitatórios, com infringência de diversos dispositivos previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000);

INVESTIGADO(S): Município de Aragominas/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 13 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório n. 49/2015, em Inquérito Civil Público Nº 61/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 061/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 049/2015

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na contratação de shows artísticos para a comemoração do aniversário do Município de Nova Olinda no ano de 2015, onde, em 14 de junho, o cantor Eduardo Costa teria realizado apresentação que custou aos cofres públicos o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e que as contratações teriam ocorrido sem prévio procedimento licitatório, com indicativo de

lesão ao erário;

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda- TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório n. 12/2008, em Inquérito Civil Público Nº 63/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 063/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 012/2008

FATO(S) EM APURAÇÃO: entre outras irregularidades o desvio de recursos públicos do FUNDEB pelo gestor do Município de Araguaína no período de 2005 a 2008, mediante ausência de licitação para a contratação dos veículos que realizam o transporte escolar e o pagamento desses veículos em valores muito superiores aos praticados pelo mercado, pagamento de professores que atuam na rede particular de ensino com verbas públicas, com indicativo de lesão ao Erário, não abrangida pelo advento da prescrição;

INVESTIGADO(S): gestor do Município de Araguaína no período de 2005 a 2008

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 22 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório n. 11/2015, em Inquérito Civil Público Nº 64/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 064/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 011/2015

FATO(S) EM APURAÇÃO: refere entre outras irregularidades o desvio de recursos públicos realizado no Município de Muricilândia entre os anos de 2012 e 2015, com a utilização de notas fiscais falsas para justificar despesas não realizadas e permitir a apropriação dos recursos públicos, aquisição de peças para veículos que estão abandonados como sucata e o desvio de tais valores, desvio de gêneros alimentícios adquiridos com recursos públicos para a utilização particular na residência do Prefeito Municipal;

INVESTIGADO(S): ex Prefeito Municipal de Muricilândia/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 22 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 19/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 33/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na administração do Hospital

Regional de Araguaína, ocorridas nas salas vermelhas e verdes, nas Unidades de Terapia Intensiva 1 e 2 daquele nosocômio, e, bem assim, quanto a eventual desabastecimento de macronebulizadores e eletrodos.

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 14 de fevereiro de 2017.

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Notícia de Fato nº 2012.6.29.22.0072, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 24 de fevereiro de 2017.

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA ao senhor EDUARDO RIBEIRO, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Notícia de Fato nº 2012.6.29.23.0268, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 24 de fevereiro de 2017.

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0458, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 24 de fevereiro de 2017.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575

www.mpto.mp.br

ouvidoria@mpto.mp.br